

Deliberação n.º 12/2020

Terceira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria - CIC Portugal 2020, deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 setembro, na sua atual redação e ao abrigo do artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 27/2019, de 13 de novembro e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P aprovar a terceira alteração ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, aprovado pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março, alterado pelas Portarias n.º 1/2018, de 2 de janeiro e n.º 178/2018, de 20 de junho.

CIC Portugal 2020, 13 de maio de 2020

O Ministro do Planeamento

(Nelson de Souza)

Anexo

Medidas excecionais e temporárias dos apoios SIZÉ na resposta à crise de saúde pública – COVID-19

Artigo 1.º

Objeto

O presente anexo estabelece as regras excecionais e temporárias aplicáveis a operações apoiadas pelo SIZÉ, em resposta imediata ao impacto da crise de saúde pública no contexto do surto de COVID-19.

Artigo 2.º

Âmbito

1 - São abrangidas pelas presentes disposições as operações que se encontrem em curso à data de produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e que ainda não tenham concluído fisicamente as atividades nelas previstas, de acordo com o respetivo cronograma aprovado, e até à cessação desta situação excepcional, conforme venha a ser determinada pela autoridade nacional de saúde pública.

2 - São ainda abrangidas as operações concluídas, física e financeiramente, que se encontrem no período de verificação das condições previstas nos artigos 5.º e 6.º do presente anexo.

3 - O presente regime é aplicável desde que as operações referidas nos números anteriores demonstrem haver um nexo de causalidade entre as condições que obstam à normal execução e a crise de saúde pública decorrente do surto COVID-19.

Artigo 3.º

Duração máxima das operações

1 - O período de investimento previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento SIZÉ pode ser prorrogado por decisão da Autoridade de Gestão (AG), após apresentação de pedido do beneficiário pelo período necessário à resposta às situações de força maior decorrentes do surto COVID-19.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, e após pedido do beneficiário, a componente financiada pelo FSE associada à criação de postos de trabalho também pode

ser prorrogada por período que responda ao novo calendário do investimento ou à suspensão da atividade económica quer por encerramento determinado pelas entidades públicas competentes ou por quebra nas cadeias de fornecimento e produção.

3 - Para os efeitos previstos nos números anteriores, são derrogadas as disposições previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3, *in fine*, do artigo 10.º do Regulamento SIZÉ.

Artigo 4.º

Período de suspensão dos apoios FSE

1 - Sem prejuízo do disposto do artigo 14.º do Regulamento SIZÉ, os apoios previstos no n.º 2 do artigo 10.º do mesmo regulamento consideram-se suspensos pelo período do apoio extraordinário que venha a ser concedido ao beneficiário, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, na sua atual redação.

2 - O apoio SIZÉ aos postos de trabalho criados é retomado após a cessação da aplicação, ao beneficiário, do regime de lay-off simplificado referido no número anterior.

Artigo 5.º

Manutenção dos postos de trabalho e criação líquida de emprego

Sempre que invocado o princípio de força maior decorrente da crise de saúde pública COVID-19, com suporte documental que o evidencie, as condições associadas à verificação da manutenção dos postos de trabalho e da criação líquida de emprego prevista na alínea f) do artigo 19.º do Regulamento SIZÉ podem ser revistas por decisão das AG.

Artigo 6.º

Indicadores de realização e resultado

Sem prejuízo do previsto no artigo 20.º do Regulamento SIZÉ, a crise de saúde pública COVID-19 pode considerar-se motivo de força maior não imputável aos beneficiários para revisão dos resultados e realizações acordados nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, podendo os mesmos ser revistos pela AG.